



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1321/16	DATA: 08/11/2016	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h40min	TÉRMINO: 12h16min	PÁGINAS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO
Definição do roteiro dos trabalhos da Comissão e deliberação de requerimentos constantes na pauta.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à reforma política.

Ata.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 1ª Reunião, realizada no dia 25 de outubro.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA Sr. Presidente, como a ata foi distribuída, não há necessidade de leitura e solicito dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Marcus Pestana.

Pergunto se algum Parlamentar deseja retificar a ata.

Não havendo quem queira retificá-la, em votação a ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo:

1) Foram designados para prestar assessoramento técnico e legislativo à Comissão, bem como auxiliar o Relator na elaboração de relatório os consultores legislativos.

2) Recebemos da Secretaria-Geral da Mesa o seguinte expediente, já deferido pelo Presidente da Casa, da Liderança do PT: Ofício nº 459/16, indicando o Deputado Arlindo Chinaglia para integrar a Comissão como suplente.

3) Recebemos da Secretaria da Mesa o seguinte expediente, já deferido pelo Presidente da Casa, da Liderança do PV: ofício indicando o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame para integrar a Comissão como suplente.

4) Recebemos do gabinete do Deputado Átila Lins justificativa de falta no dia 25 de outubro, uma vez que o Parlamentar estava em missão oficial, participando da 134ª Assembleia da União Internacional de Telecomunicações na Tunísia, África do Norte.

5) Recebemos da Secretaria-Geral da Mesa o seguinte expediente, já deferido pelo Presidente da Casa, da Liderança do PSD, ofício desligando o



Deputado Átila Lins e indicando o Deputado Índio da Costa para integrar a Comissão como titular.

6) Sras. e Srs. Parlamentares, membros da Comissão Especial, informo que recebemos o Ofício nº 302/16, do Diretor da Consultoria Legislativa, Sr. Luiz Fernando Botelho de Carvalho, designando os consultores legislativos da Área 1 (Direito Constitucional, Eleitoral, Municipal, Administrativo, Processo Legislativo e Poder Judiciário: Léo Oliveira, Luciana Botelho, Roberto Carlos Martins) e da Área 19 (Ciência Política, Sociologia Política, História, Relações Internacionais: Ricardo José Pereira Rodrigues e Carlos Davi) para prestarem assessoramento técnico, legislativo e especializado aos trabalhos desta Comissão.

7) Recebemos do gabinete do Deputado José Rocha justificativa de faltas no período de 1º de novembro a 13 de novembro, comunicando que estará em missão oficial nas cidades de Auckland, Nova Zelândia, Canberra e Sydney, na Austrália.

8) Correspondência recebida do Movimento Civil Convergência, expondo sua visão em relação à reforma partidária do País.

9) Recebemos, do gabinete do Deputado Benito Gama, justificativa de faltas, no período de 5 a 11 de novembro, em virtude de o mesmo estar em missão oficial aos Estados Unidos da América.

Ordem do Dia.

Na Ordem do Dia de hoje, está prevista a definição do roteiro de trabalho e a deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Vamos dar início pela definição do roteiro de trabalho. Informo que a finalidade do roteiro de trabalho é planejar as ações, estabelecendo-se prioridades e critérios para o debate, visando à otimização do tempo, à eficácia e à produtividade. Assim, a concordância do Colegiado com temas ou nomes sugeridos pelo Relator, em sua proposta, não supre a exigência regimental da apresentação de requerimentos.

Passo, então, a palavra ao Relator, Deputado Vicente Candido, para apresentar sua proposta de roteiro de trabalho.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Bom dia, Presidente, Sras. e Srs. Deputados! Espero que todos já tenham cópia do roteiro nas mãos.



Vou fazer uma leitura rápida e depois passaremos aos requerimentos por mim apresentados e por outros Deputados e Deputadas para deliberação.

A reforma política vem sendo discutida há várias legislaturas, neste Parlamento brasileiro. Em que pese haver consenso quanto à necessidade de sua forma e aprovação, é essencial que não se ponha sobre nossos ombros a responsabilidade intangível de solucionar todas as mazelas pátrias. Além disso, é fato que cada um dos Parlamentares tem suas convicções pessoais e partidárias da reforma política que reputa a mais adequada para o País. Nesse contexto, esta relatoria buscará se pautar pela captação do entendimento dominante dos integrantes desta Comissão Especial, traduzindo-o nos textos a ser apresentados como fruto dos trabalhos coletivos.

Consideramos imprescindível aos trabalhos da Comissão ouvir autoridades, especialistas e entidades representativas da sociedade brasileira. Para tanto, faremos uso dos instrumentos usuais da Casa: as audiências públicas. A nossa ideia é reservar de oito a dez reuniões da Comissão de audiências públicas para as oitivas do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral ou representante por ele indicado; de membros do Ministério Público Eleitoral; da Ordem dos Advogados do Brasil; de representantes da sociedade civil organizada (MCC, CNBB, ABI, UNE, Frente Brasil Popular, Momento Povo sem Medo, CUT, CTB, UGT, Força Sindical e demais Centrais Sindicais; dos ex-Presidentes da República e de cientistas políticos, professores e especialistas nos temas em debate. Além dessas, nossas propostas contemplam a realização de audiências públicas regionais e, se necessário, com o apoio técnico dos funcionários da Casa, em cada uma das Regiões do País (Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste), para oitiva de especialistas e autoridades regionais.

Em temas menos complexos sobre os quais os colegas certamente dispõem de posições pessoais ou partidárias definidas, levaremos a efeito a discussão, independentemente da oitiva de terceiros, permitindo-nos produzir desde cedo resultados efetivos dos trabalhos.

Os temas ainda deverão ser divididos na medida do possível em constitucionais e infraconstitucionais, para que adotemos o melhor encaminhamento cabível em cada caso.



Dessa maneira, apresentado este plano de trabalho, poderemos aprovar eventuais requerimentos apresentados pelos membros, iniciar as oitivas e realizar os primeiros fóruns regionais, sem deixar de deliberar, desde já, dando imediata resposta à sociedade sobre temas de maior consenso ou menor complexidade, tais como: revisão dos prazos de desincompatibilização, adequando a Lei Complementar nº 64, de 1990, aos novos prazos de campanha; regulamentação de pré-campanhas; antecipação do processo de registro eleitoral; revisão da regulamentação de pesquisas eleitorais; propaganda eleitoral e outros eventualmente sugeridos pelos membros da Comissão.

Após as audiências e seminários, será possível discutir os eixos principais da reforma, todos interligados entre si: sistema eleitoral e modelo financiamento de campanha, partidos políticos, democracia interna, coligações, cláusulas de barreiras, federações e demais temas correlatos; mecanismo de democracia direta; mecanismo de estímulo à participação das mulheres na política; temas diversos, como a duração de mandato, reeleição, coincidência das eleições, obrigatoriedade do voto e outros temas de interesse do Colegiado.

Nós realizaremos visitas institucionais a autoridades no assunto, como o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, para coleta de sugestões, sem prejuízo de requerê-las por ofício das fontes mais diversas.

Nós pretendemos também participar de fóruns autorizados sobre o tema, como o Simpósio sobre Reforma Política, promovido pelo TSE em 24 de novembro, para o qual inclusive já fomos convidados.

Terminada cada audiência pública, a Comissão deliberará sobre cada tema, podendo votar relatórios parciais.

Finalmente, propomos que as reuniões ordinárias sejam realizadas nas terças-feiras, pela manhã, e as audiências públicas, na Câmara, ou externas, nas segundas, quintas e sextas-feiras.

É a proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Indago se algum Deputado deseja manifestar-se a respeito do roteiro de trabalho apresentado, porque aí já seguimos a ordem.



O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - Peço a palavra para falar sobre o roteiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Então, vamos seguindo a ordem para adiantar os trabalhos.

Tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - Sr. Presidente, Deputado, Lúcio Vieira Lima, eminente Relator, Deputado Vicente Candido, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria, em primeiro lugar, com relação ao plano de trabalho, manifestar a minha expectativa. Como já participamos, um conjunto de Parlamentares que integram também esta Comissão, da Comissão que trabalhou anteriormente no nosso esforço de qualificarmos a política através de uma reforma, eu acho que nós deveríamos ter o propósito um pouco relacionado com aquela reunião das Lideranças da Câmara e do Senado, o Presidente da Câmara e do Senado e outras Lideranças que compartilharam uma reunião na Sala da Presidência da Casa, no sentido de, em primeiro lugar, buscarmos relacionar o nosso trabalho com os procedimentos em andamento.

Nós todos sabemos que há matéria em apreciação no Senado Federal que envolve temas importantes, como o tema da proibição das coligações, cláusula de barreira, constituição da federação e, eventualmente, algum outro tema específico cuja apreciação está programada para esta semana, mais especificamente, amanhã.

Após ser apreciada no Senado, a matéria que deve ser remetida a esta Casa, de sorte, Sr. Relator, que nós deveríamos ter o cuidado de criar condições para que, quando ela chegasse a esta Casa, nós já tivéssemos uma sensibilidade, um sentimento para, pelo menos, apreciá-la e aduzirmos questões que na oportunidade tinham sido consideradas de nossa responsabilidade, como o trabalho prioritário no sistema do voto, que é o sistema eleitoral, e na questão do financiamento de campanha.

Com esse espírito, com essa expectativa — é claro, respeitando o prazo regimental, respeitando as oitivas de todas as autoridades, daqueles que possam contribuir, da própria sociedade organizada, pois eu sou um Deputado de oposição e tenho uma posição —, eu gostaria, quando falamos em sociedade organizada, de ter uma nova visão diante da realidade, do espectro todo que nós estamos vivendo, da



conjuntura, das questões que temos do ponto de vista institucional com relação a esta Casa.

Então, eu acho que nós temos que trabalhar com um pouco mais de celeridade — com a celeridade possível — e com outra expectativa, que não repita esse procedimento que nós adotamos na Comissão anterior.

Eu louvo o trabalho de V.Exa., vou acompanhá-lo, mas meu propósito é ter celeridade, objetividade e consonância com aquilo que está pautado na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu que agradeço, Deputado Afonso.

Esse propósito é de todos, com toda a certeza.

Eu quero dizer que ficou estabelecido o tempo de 3 minutos para a fala de cada um dos Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, a minha fala complementa o que o Deputado Motta disse. Foi transmissão de pensamento e, mais do que isso, reconhecimento de realidade.

Eu quero prestar aqui uma homenagem ao Deputado Marcelo Castro, que estava conosco há pouco.

Eu participei, nesses últimos 6 anos, de todos os grupos de trabalho de todas as Comissões sobre reforma política, além de ter participado em mandatos anteriores. Eu sou um pouco mais radical do que disse o Deputado Motta: se esta Comissão quiser tratar de todos esses assuntos, vai dar em nada, e nós faremos prosperar a corrupção no Brasil. Não há meio termo. O sistema político partidário brasileiro e o eleitoral dele decorrente são sistemicamente corruptos, e todo mundo sabe disso — até a Justiça, que foi contra a cláusula de barreira e favoreceu a proliferação de partidos políticos no Brasil. Até o Judiciário.

Então, a minha proposta é muito objetiva: se esta Comissão quer acrescentar ao que vier do Senado outros ingredientes, ela vai prestar um grande desserviço ao Brasil.

Eu sou radical. Nós não devemos acrescentar nada ao que vier do Senado. Poderemos discutir. Eu não estou proibindo que se discutam outros tópicos. Mas os



tópicos que vêm do Senado são estes: fim da coligação na eleição proporcional; cláusula de barreira, que, nós sabemos, será discutida do ponto de vista constitucional, mas nós temos que ter uma posição política a respeito; e a federação, que é uma espécie de remédio, de agasalho provisório, sazonal, para os partidos afetados pela atual realidade política do Brasil — deu para entender, rei das multidões?

Então, a minha colocação é muito singela: eu vou me posicionar sistematicamente, disciplinadamente, jesuiticamente contra a inclusão de tópicos neste debate. Quem quer colocar financiamento de campanha nisso aí não quer reforma política alguma. Ou se apartam os itens que virão do Senado e outros meritórios que nós devemos debater, ou nós queremos embolar o jogo.

Quero dizer para V.Exa., Presidente, o seguinte: eu vou usar tudo o que eu tenho de experiência e o pouco que eu tenho de talento para denunciar todas as manobras que venham a ocorrer, caso isso se concretize, respeitando a opinião de todos e de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Falar em sistema eleitoral aqui, meu caro amigo Deputado Marcus Pestana, é manobra diversionista. Num outro momento, é uma construção política necessária ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Para concluir, Deputado Esperidião.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Já concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Muito obrigado por ter me atendido tão rapidamente, tão celeremente.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Está começando agora, está começando agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu não tenho a sua experiência, nem o seu talento, mas gostaria de dizer-lhe, Deputado Esperidião, que, primeiro, o plano de trabalho apresentado como sugestão do Relator não tem que ser aprovado; está sendo discutido. Inclusive, justiça seja feita, é preciso dizer que S.Exa. o enviou para todos os Parlamentares desta Comissão, pedindo



sugestões. Parece-me que a Deputada Luiza Erundina e outros Deputados enviaram essas sugestões.

O fato de o plano de trabalho ser amplo não quer dizer que tudo que está aqui vai ser apreciado. Ruim seria se não fosse amplo e, depois, quisessem incluir nele alguma coisa. Aí, sim, poderia passar essa ideia de manobra, de tentar prejudicar os trabalhos.

Mas fique certo de que eu vou aproveitar muito do seu talento e da sua experiência para me ajudar a conduzir os trabalhos desta Comissão.

Tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Obrigado, Presidente.

Eu quero cumprimentá-lo e também quero cumprimentar o Relator pela proposta que foi apresentada.

Quero, Sr. Presidente, resgatar uma reunião que aconteceu há cerca de 30 dias, da qual fizeram parte o Presidente do Partido Progressista, o Senador Ciro Nogueira, e o Líder do Partido Progressista, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, juntamente com Líderes de praticamente todos os partidos da Câmara e do Senado — alguns Presidentes de partido que não são Parlamentares também estiveram naquela reunião.

Naquele encontro, Deputado Esperidião Amin, ficou pactuado que o Senado apresentaria temas que devem ter um tratamento constitucional, e a Câmara dos Deputados trataria, em princípio, de temas que tenham sentido infraconstitucional.

Portanto, a proposta que faz o Relator, o Deputado Vicente Candido, é absolutamente de acordo com o debate preliminar feito naquele âmbito, naquela reunião em que todos os partidos ficaram de acordo em debater essas matérias. Portanto, não se trata de obstruir qualquer reforma política.

O Senador Esperidião Amin tem razão quando diz que nós devemos ter foco. Agora, ter foco não pode se restringir a discutir barreira para funcionamento de partidos e coligações, sob pena de, uma vez mais, nós produzirmos um relatório falho, um relatório insuficiente, um relatório incapaz de atender à expectativa que a nossa população tem quanto ao ajuste do sistema político do Brasil.

Portanto, eu quero me somar ao relatório apresentado pelo Deputado Vicente Candido, chamando a atenção, Deputado, para o fato de que, em que pese o rosário



de temas ser relevante, nós deveríamos concentrar a nossa energia no sistema eleitoral, no financiamento de campanha e nas regras para democratização dos partidos políticos.

Eu diria que esse é um núcleo importante para o debate que esta Comissão deveria fazer, e, junto a ele, deveríamos discutir mecanismos de democracia e participação da população, porque a reforma política não pode ser apenas partidária; é necessário multiplicar os mecanismos de participação política da nossa população, incluindo aí a expressão das “minorias” — “minorias” com muitas aspas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu queria pedir à assessoria e aos repórteres silêncio e respeito ao Deputado, que está fazendo o seu trabalho, como vocês estão fazendo o de vocês. É preciso que vocês permitam que nós o ouçamos.

Deputado, vai ser repostado o seu tempo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Portanto, eu considero que, além da dinâmica interna dos partidos e do sistema eleitoral, é importante nós pensarmos em mecanismos que ampliem a participação da sociedade, porque parte do resgate da política passa por um envolvimento mais amplo de parcelas representativas da sociedade que ficam completamente à margem do processo político.

Para concluir, Presidente, registro que eu não estou de acordo com essa ideia de que, ao final de uma audiência pública ou de um debate sobre determinada matéria, votemos qualquer coisa. Eu tenho me colocado contrariamente a essa ideia de que quando há acordo quanto a um ponto, faz-se a votação. Por quê? Porque nós podemos produzir um ornitorrinco: podemos aprovar um tema que não tem harmonia com outro tema e, ao final, terá sido um desperdício de energia política termos votado matérias separadamente. Eu considero que é necessário firmar o relatório, ver o conjunto da propositura, de modo que tenhamos um trabalho objetivo, um saldo positivo desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu que agradeço.

Deputada Maria do Rosário, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo; quero cumprimentar o Relator, o Deputado Vicente Candido; e



todos os colegas que participam desta Comissão, sobretudo a representação feminina nesta Comissão, porque somos poucas mulheres aqui e temos uma tarefa diante das questões que dizem respeito à qualidade da democracia, do significado da expressão “qualidade da democracia” e também da necessidade de propormos iniciativas que visem ao equilíbrio maior no Parlamento brasileiro.

Quero, inicialmente, ao destacar o plano de trabalho, dizer que, ao tratarmos da reforma política, nós não estamos fazendo um debate novo no Parlamento, tampouco para a sociedade brasileira, mas, justamente por isso, temos que ter cuidado ao levantarmos um tema como este, Sr. Presidente, ao sermos chamados a discutir um tema como este.

A reforma política, certamente, sempre é um tema urgente, ainda mais quando analisado o processo eleitoral recentemente concluído, em que o recado da população, o recado do eleitorado, foi dado por meio de uma intensa e singular abstenção, bem como por meio de votos nulos e brancos.

Isso tem uma leitura necessária no Parlamento brasileiro, porque demonstra não apenas a inquietude, mas a não conformidade e até, podemos dizer, a desconfiança em relação ao sistema eleitoral e à política. E é claro que isso não se resume à dimensão burocrática da representação; isso está associado aos elementos que a política tem demonstrado à população, sobretudo no âmbito da corrupção, a partir da arena eleitoral.

A população nos deu recados muito claros. Talvez isso signifique também, Sr. Relator e Sr. Presidente, a busca de uma participação direta, mais horizontal, o que não diminui a representação do Parlamento. Mas ele, ao reconhecer isso, precisa instituir os mecanismos.

Portanto, Sr. Presidente, nós poderemos, aqui, nesta Comissão, encontrar caminhos a partir do que vem do Senado exclusivamente se tivermos abertura para o diálogo com a sociedade organizada, com a sociedade que se mobiliza. Do contrário, nós podemos frustrá-la, e isso é o que nós não podemos mais fazer na política nacional.

Eu acredito que o recado que recebemos é que temos que levar em conta a referência constitucional das liberdades democráticas, e isso é uma virtude. Temos



que seguir a Constituição de 1988. Nós devemos, no entanto, perceber as medidas tendo em vista o impacto mútuo, Sr. Relator.

Somo-me ao seu relatório a partir do que disse o Deputado Orlando Silva: analisarmos cada uma das medidas — cláusula de barreira e coligações, por exemplo —, em si, pode significar não termos um conjunto harmonioso para o cumprimento dos objetivos constitucionais.

Concluo dizendo que, no último período, lamentavelmente sob a condução do Deputado Eduardo Cunha na Casa, nós frustramos em muito a população. Apenas instituímos três medidas que tiveram efetivamente algum impacto: a redução do tempo de campanha; a janela — o Deputado Amim complementa —, que serviu às traições partidárias; e a nova tipologia do financiamento.

Sr. Presidente e Sr. Relator, em razão do que nós caminhamos rumo ao não financiamento pela via de empresas, nós não podemos aceitar retroceder. Nós não podemos voltar ao financiamento empresarial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - É para concluir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Concluo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Concedo a palavra ao Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Deputado Lucio Vieira Lima; Deputado Vicente Candido, nosso Relator; Sras. e Srs. Deputados, acho que o tema é realmente extremamente importante; o debate tem que acontecer; mas é preciso foco.

Embora o que o Relator apresenta aqui seja o plano de trabalho inicial, nós temos que ter em mente que um dos grandes temas que nós temos pela frente é o sistema eleitoral, que está vencido e precisa ser discutido e renovado, pois é um sistema que gera distorções e sub-representação.

Financiamento é um tema que nós precisamos discutir com profundidade, responsabilidade e respeito, porque o remendo reformista que fizemos, embora aparentemente possa ter promovido resultados positivos, por outro lado, provocou distorções absurdas, porque quem tem grandes capitais faz grandes campanhas, e,



com isso, obviamente, você tem um sistema que é desproporcional e desrespeita o eleitor.

Temos que discutir também sistema partidário, porque, se nós temos políticos bandidos, nós temos partidos bandidos; partidos que, se fossem pessoas, estariam na cadeia. Quem é que indica, de Vereador a Presidente da República, os políticos do Brasil? Mas nós discutimos, discutimos, discutimos e não vamos à fonte. Será que a sociedade está tendo realmente a opção de escolher o seu representante? Quem é que coloca o cardápio de opções para o eleitor? Nós precisamos fazer esse enfrentamento, essa discussão também.

Mais do que isso, e, aí, talvez não nesta Comissão, mas na Comissão que analisa as medidas contra a corrupção, temos que discutir as punições, para além daquelas que já existem, a quem comete crimes.

Mas o que me parece, e direi isto sucintamente, é que todos nós já sabemos o que precisa ser feito. O que me parece, repito, é que todos nós já sabemos o que precisa ser feito. E buscam-se, nas audiências e nos intermináveis debates, argumentos, posições para justificar não aquilo que a sociedade quer, mas aquilo que interessa a quem está aqui dentro. Legislamos para quem? Para atender aos nossos interesses ou aos da sociedade, que está lá fora e que entende que isto aqui não representa mais o modelo ideal de política para o Brasil?

Não somos representantes de nós mesmos! Essa reforma precisa refletir justamente a necessidade do Brasil de avanço, de respeito ao voto, de honestidade eleitoral, de resgate da dignidade da política com “P” maiúsculo. Hoje, quando se fala de saúde, pensa-se em médico, em medicamento, em serviços de saúde de qualidade; quando se fala de refrigerante, logo vem à cabeça Coca-Cola; quando se fala de política, o que vem à cabeça do brasileiro? Corrupção. É isso a política? Nós temos que discutir com profundidade, mas, às vezes, nós ficamos buscando argumentos para justificar aquilo que nós sabemos que a sociedade já rejeitou.

Eu finalizo, então, Sr. Presidente, falando de uma provocação que foi feita aqui pela Deputada Maria do Rosário, que respeito muito, em relação a ouvir a sociedade organizada.

Eu acho, Deputada Maria do Rosário, que V.Exa. tem razão na abordagem, mas nós precisamos começar a ouvir, agora, a sociedade desorganizada, a maioria,



porque a sociedade organizada ideologicamente já foi ouvida muitas vezes, em diversos fóruns. No entanto, será que nós estamos dando ouvidos à maioria da sociedade brasileira, que é a sociedade desorganizada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Conclua, Deputado.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Deputado, essas pessoas são as que optaram pela abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Deputada, vamos garantir a palavra ao Deputado Marcos Rogério, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eu concluo a minha fala, Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Como eu fui citada pelo Deputado, eu me senti à vontade para falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Se V.Exa. pedir a palavra quando for citada, não há problema. Regimentalmente, nós lhe daremos a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eu não estou divergindo aqui, Sr. Presidente, do apelo feito pela Deputada Maria do Rosário. Estou apenas dizendo que eu acho que nós precisamos começar a dar ouvidos à sociedade desorganizada, ou melhor, à sociedade não organizada.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa. me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Conclua, Deputado. O seu tempo encerrou.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O Deputado Esperidião Amin fez uma correção, e eu a acato: sociedade não organizada.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Ministro Golbery a chamava de "maioria silenciosa".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, me permite? V.Exa. me dá 20 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu já lhe dei 2 minutos a mais na sua intervenção.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada, Presidente.

Deputado, o que eu citei foi essa maioria que se absteve ou votou nulo ou branco, inclusive em Prefeituras grandes, como a de São Paulo. A maioria não elegeu ninguém. Se nós ficarmos de olhos fechados para isso... Então, o que V.Exa. chamou de sociedade desorganizada, eu chamei de maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Deputada, isso aí é um debate que não vem ao caso agora. V.Exa. disse que foi citada. Mas aí vamos... Não é hora de se fazer o debate. Nós estamos ouvindo os inscritos. Depois debateremos.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, leia a lista.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Um minuto. Eu vou ler a lista: Deputados Edio Lopes, Rubens Otoni, Betinho Gama, Marcus Pestana, Luiza Erundina.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Gomes, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Gama sou eu, Presidente, que queria me inscrever ainda.

Eu queria saber se ainda posso me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Pode. Pode.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eliziane Gama.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Presidente, Carlos Andrade, para se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Vai escrevendo, então, alguém.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu inicio a minha breve fala, Sr. Presidente, primeiro elogiando o programa prévio apresentado a esta Comissão pelo Sr. Relator.



E, ao mesmo tempo, se me permite o Deputado Esperidião Amin, meu ilustre professor — com a minha conhecida limitação, procuro aprender da enorme fonte de conhecimento que é, reconhecidamente, o ilustre Parlamentar —, eu acho que nós, Sr. Relator, devemos, sim, aprofundar essa questão. Nós devemos ir ao cerne da questão. Que tratasse de perfumaria e fosse periférica nós já tivemos reformas políticas nesta Casa demais num passado recente. Nós precisamos ter a coragem de enfrentar as mazelas do processo político-eleitoral do nosso País, que são por demais conhecidas de todos nós e de toda a sociedade.

V.Exa. elencou temas tão importantes, e eu realço a coincidência de mandatos. O Brasil não suporta mais, Sr. Presidente, termos eleições de 2 em 2 anos, o que acarreta a necessidade de um enorme volume de recursos para o financiamento dessas campanhas.

Além de tudo mais, nós trazemos um enorme prejuízo ao nosso País, porque nós paramos, literalmente, o Brasil durante 10 meses a cada 4 anos: julho, agosto, setembro, outubro, novembro o Brasil para, literalmente, na área de programas, de investimentos porque os Municípios, os Estados e a União são impedidos de empenhar, licitar, contratar, iniciar novas obras, novos programas. O Brasil não suporta mais isso! Se nós somarmos esses 10 meses — 5 de cada período eleitoral, a cada 2 anos — ao já conhecido e notório marasmo da administração pública nacional que vai de janeiro até março, falaremos de nada menos do que 22 meses de paradeira na administração pública nacional a cada 48 meses!

Portanto, precisamos, sim, ter a coragem de enfrentar todas as questões que nós conhecemos.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de verificar junto a V.Exa. e, em especial, ao Sr. Relator, se poderíamos, quem sabe, encontrar uma forma de provocar o Supremo Tribunal Federal para que nós tenhamos um balizamento na questão da coincidência dos mandatos, porque, obrigatoriamente, teremos que aumentar de uns e diminuir de outros, e isso, inevitavelmente, irá gerar uma avalanche de ADINs ao Supremo Tribunal Federal.

Portanto, se nós tivéssemos um esclarecimento desta questão durante o trabalho desta Comissão, certamente nós avançaríamos muito, com tranquilidade



para que o Sr. Relator pudesse melhor abalizar o seu relatório final sobre esta questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Concedo a palavra ao Deputado Rubens Otoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Sr. Presidente, Lucio Vieira Lima; ilustre Relator, meu companheiro Deputado Vicente Candido; Deputados e Deputadas, eu sou daqueles aqui nesta Comissão, que, como muitos Deputados e Deputadas, ao longo do tempo têm se esforçado no debate da reforma política.

Por isso mesmo, sou daqueles que vêm para esta Comissão com a expectativa de que aqui não façamos apenas o debate das ideias. Embora o debate de ideias seja, sem dúvida, importante, espero que nós possamos aproveitar esta oportunidade para que, além de marcarmos a nossa posição — e é legítimo que cada um tenha a sua posição —, também avancemos naquilo em que nós pudermos avançar, no limite do nosso entendimento.

E o meu entendimento é o de que, ao longo do tempo, ilustres Presidente e Relator, é verdade que as avaliações nos apontam que avançamos pouco nas definições políticas. Mas a minha avaliação é de que nós acumulamos muito no debate das ideias.

Tanto isso é verdade que, ao longo do tempo, muitas ideias foram aperfeiçoadas, e alternativas foram apresentadas como tentativas de criar solução para os problemas que eram debatidos.

Eu cito aqui apenas um exemplo que não está no meu campo partidário, mas é para poder ilustrar: o Deputado Marcus Pestana participa também desse esforço e, ao longo do tempo, nós temos convivido e buscado soluções. Ele apresenta algumas ideias que, certamente, avançam daquilo que ele mesmo no início, ou o seu partido, originalmente apresentava. E este é o meu caso, também, no meu partido.

Isso significa que nós estamos amadurecendo e estamos tentando buscar saídas para os desafios que nós temos.

Então, Sr. Presidente, ilustre Relator, eu tenho a expectativa de poder aqui não apenas marcar posição. Espero podermos avançar no debate e aprovar aquilo



que esteja no limite do nosso entendimento. Para isso, eu avalio que o plano de trabalho apresentado pelo Relator contribui, na medida em que seja um guarda-chuva. Não é um plano para poder, a ferro e fogo, definir todas as questões, mas é um guarda-chuva que dá condição para que esse debate avance.

Por isso, Sr. Presidente, eu vejo que esse debate que talvez nós queiramos fazer, entre uma maneira ou outra de abordar a reforma — se nós vamos votar uma reforma total de uma vez só, ou se vamos votar ponto por ponto —, não é um debate real. Esse plano de trabalho que o Relator apresenta permite que façamos as duas coisas, pois poderemos discutir uma proposta ampla, uma proposta geral, que incorpore alterações no sistema político e tenha essa preocupação, mas não estaremos impedidos de, ocasionalmente, se a Comissão quiser, aprovar alguns pontos sobre os quais haja acordo, e que se avance no debate. Não teremos essa limitação.

Então, nós podemos fazer as duas coisas, e é por isso que eu vejo como positivo o plano de trabalho.

Eu só deixaria para o Relator uma sugestão relativa à questão que o Deputado Orlando levantou, ao propor que, terminada cada audiência pública, a Comissão delibere sobre o tema. Conforme a proposta, passaria a ser obrigatória a votação de relatórios parciais, e eu acho que isso poderia ser uma possibilidade, mas não uma obrigação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu que agradeço.

Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, caro Relator, saúdo V.Exas. e lhes desejo um bom trabalho na condução desta Comissão da Reforma Política.

Eu quero me somar aos que já levantaram a preocupação, como os Deputados Esperidião Amin e Marcos Rogério, e alguns outros, sobre a necessidade de se ter aqui um foco mais objetivo.

Nós estamos mais uma vez numa tentativa de fazer uma reforma, ou um ajuste, do sistema político eleitoral, que certamente pode ser frustrada, se nós não tivermos o cuidado de ter um centro, um foco objetivo neste momento.



Obviamente, temos temas que são de relevância para a população brasileira, mas há aqueles pontos específicos que não podem deixar de ser discutidos, sob pena de, mais uma vez, darmos com burros n'água.

É necessário que o Relator, mesmo apresentando uma proposta de trabalho com amplitude, possa definir uma escala de prioridade para esses temas, para que não corramos o risco de fazer um debate que não se encerre, que não alcance objetivos.

Nós tivemos a experiência frustrada da última Comissão da Reforma Política, com avanços muito sutis. Houve algumas modificações, e eu citaria apenas a redução do tempo de campanha, talvez, como essencial, como a mais relevante. No mais, foram pouquíssimas as modificações substanciais.

Acho que não podemos perder a chance de aqui, objetivamente, apresentar alguns caminhos. O sistema político eleitoral do Brasil está adoentado. Seria muito bom que daqui nós tivéssemos a condição de estabelecer uma ampla reforma política, mas acho que não vai ser possível. Daí, acho que é muito importante os Parlamentares, os partidos, todos, se desarmarem um pouco neste debate, para não transformá-lo em algo de polarização entre as bancadas para tentar fazer valer suas posições. Devemos buscar atuar em torno de pontos que podem melhorar, que podem ajustar minimamente um sistema político eleitoral que está precisando urgentemente de socorro.

A sociedade está dando, mais uma vez, o seu recado. Nós vimos aí a não política, muitas vezes, ganhar; nós vimos o voto branco e o nulo se manifestarem de maneira consistente; e é preciso que nós façamos aqui algumas modificações que possam dar uma legitimidade maior aos partidos políticos, transparência e, sobretudo, regras mais claras. E aí eu cito a questão do financiamento de campanha, que precisa ser enfrentado, bem como a questão das coligações, apenas como ideias que nós precisamos debater.

Agora, não se pode, Sr. Presidente e Sr. Relator, perder a oportunidade de, efetivamente, fazer um debate objetivo. Nós precisamos ter essa clareza. Senão, vamos, mais uma vez, perder a chance de fazer ajustes que possam melhorar o nosso sistema político-eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Obrigado.



Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Caro Presidente, caro Relator, resgatando a memória — esquecendo a tentativa de 2008, cujo Relator foi o então Deputado Caiado —, nós tivemos, para tratar da reforma política, a Comissão de 2011, cujo Relator era Henrique Fontana; tivemos o esforço patrocinado por Henrique Alves, em que o Presidente era Vaccarezza, e o Relator, Esperidião Amin; e, depois, a última, patrocinada pelo então Presidente Eduardo Cunha, cujo Relator foi Marcelo Castro, e, depois, Rodrigo Maia.

Nós precisamos aprender com a experiência concreta para não dar murro em ponta de faca e não repetir a história como farsa: o que foi tragédia no passado será a farsa no presente.

Então, considerando a experiência concreta, eu distribuí uma pasta com três contribuições. Uma delas é o projeto de lei que apresentei, criando o Fundo de Financiamento da Democracia. Eu acho necessário abordar a questão do financiamento. Há um esgotamento do processo político brasileiro. Ele está exaurido.

Alguém tem dúvida de que nós vamos restituir financiamento empresarial no Brasil da Lava-Jato, onde até o caixa um foi criminalizado e desmoralizado? Alguém tem esperança de que isso não ocorra? Tem gente pensando nisso? Um a zero.

Pessoas físicas. Ótimo! Bernie Sanders arrecadou nas primárias americanas 218 milhões de dólares com doações médias de 27 dólares, 100 reais. É a cultura americana. Aqui, o que virou a experiência de 2016? O alto financiamento dos milionários e o caixa dois enrustido: dinheiro do tráfico, das milícias, da contravenção e de corrupção, numa rede de laranjas que o TSE já está desvendando.

Então, é preciso ter verdade; basta de hipocrisia. Eu propus um fundo público, com base em 2% — dados eu não vou discutir aqui; deixei aí numa pastinha para todos lerem —, com base em 2012 e 2014, com intervenção. Não é um fundo cartorial, como é na Alemanha. O cidadão contribuinte, no momento de declarar o Imposto de Renda, tem o direito de exercer a sua preferência partidária, protegido pelo sigilo fiscal, e destinar parte dos seus recursos, da sua cota, ao partido da sua preferência. E a sociedade vai dizer o que relevante e o que é irrelevante.



Deixei também a minha PEC da reforma de 2015, sobre distrital misto, que teve apenas 99 votos e precisava de 308.

Por fim, deixei uma ideia relatada pelo Deputado Esperidião Amin na Comissão de 2013, que é a do voto proporcional nominal regionalizado, uma alternativa em que fica tudo igual, só que São Paulo, em vez de ser um território único, seria 10 territórios.

Por último, para concluir, Sr. Presidente, não vou elogiar muito o Deputado Espiridião, que é meu tutor, meu ídolo — quando se elogia demais, é para discordar logo depois, não é? —, mas vou concordar parcialmente com ele em que nós deveríamos fazer um processo fatiado.

Parece que o que está combinado com o Senado em relação à PEC do fim das coligações e da cláusula de desempenho — não é cláusula de barreira; depois nós podemos discutir, porque eu não tenho tempo para isso agora. É diferente da Alemanha, onde é cláusula de barreira — é que ela tramitaria numa Comissão Especial à parte. Essa PEC não virá para cá. Para que tenha uma tramitação célere e corrija o problema do fortalecimento do sistema partidário, tramitaria em paralelo.

Eu acho que nós devemos abordar a questão do financiamento, acabar com a hipocrisia e enfrentá-la. Em relação à questão do sistema, eu sou cético. Eu já gerei uma jabuticaba, esse texto que está aí na pasta, que o Deputado Espiridião muito bem relatou e quase deu certo, com os Deputados Vaccarezza, Esperidião Amin e Henrique Alves, mas um assunto econômico a atropelou e a nossa PEC nem foi para o Plenário.

Então, eu acho que devemos abordar a questão do sistema. Este sistema está falido. Um ano depois das eleições, 70% dos brasileiros não sabem dizer o nome do Deputado em que votaram. Isso é um absurdo.

Mas eu sou cético. Eu defendi o voto distrital misto na única reforma que foi a Plenário, e ela teve apenas 99 votos, quando precisava de 308.

Nós não resolvemos o problema porque temos o problema. Trata-se de uma é circularidade lógica negativa que o Brasil vive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Concedo a palavra à Deputada Luiza Erundina.



A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, eu acho que esta tentativa que está se começando aqui não só poderá — e provavelmente acontecerá isso — frustrar a sociedade, mas poderá, mais uma vez, enganá-la.

Eu participei de todas as Comissões Especiais, e participei ouvindo a sociedade. Havia uma frente parlamentar pela reforma política com participação popular, e nós a estamos recriando, porque se nós não ouvirmos, escutarmos a sociedade, nós não teremos condição de acertar naquilo que é fundamental em termos de uma reforma política.

Vejam bem: eu não percebo nesse plano trabalho que exista um conceito que justifique e que dê intenção ao esforço que se vai fazer, de se tentar mais uma reforma política. É um plano fatiado, é um fatiamento, é uma colcha de retalhos.

Isso é incrível! Nós só temos 3 minutos para discutir uma peça, um instrumento que é o fundamental no acompanhamento desse esforço e desse processo de construção coletiva aqui. Precisaríamos de mais tempo, de mais reflexão.

Por exemplo, aqui se coloca, no final da segunda página, os eixos principais da reforma. E eles só vão ser discutidos, segundo está dado aqui, quando se fizerem as audiências, os debates, os seminários, as consultas na região. Este é o fundo do nosso compromisso numa Comissão Especial, são os eixos principais, que não podem ser pontos que se esgotem em si mesmos.

Nós estamos querendo remendar um sistema que está remendado, está exaurido, está esgaçado. Qualquer alteração pontual num sistema que tem uma lógica em si mesmo... E é por isso que as reformas — as pretensas reformas — que têm sido impostas à sociedade não correspondem a uma mudança do sistema para dar mais lógica, mais sentido, mais adequação aos novos tempos.

Se mexerem num ponto, outros aspectos do sistema se desestruturarão. O sistema é um todo; não pode ser fatiado. Esses eixos não podem vir no final do processo, para se discutir os eixos principais. Ou se discutem os eixos principais, e eles guardam entre si uma lógica, um sentido, um significado...

Mas esse plano, Relator, não vai nos ajudar. Ele vai acirrar as disputas em torno de pontos aqui e acolá, mas não vai dar um pensamento mais organizado, um



pensamento mais estruturado, uma compreensão mais clara das distorções do atual sistema político e do que é necessário para corrigir essas distorções.

Eu não quero que venham discutir aquilo que me interessa como mulher. Eu quero, representando aqui inclusive o coletivo de mulheres que existe nesta Casa, nos representar não naquilo que interessa às mulheres, mas naquilo que interessa à democracia, naquilo que interessa ao aperfeiçoamento do sistema político, eleitoral e partidário, e o sistema político como um aspecto que dá matriz para existência, organização e funcionamento da sociedade.

Será a última oportunidade que teremos, Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros, de fazer uma coisa séria, e uma coisa séria não pode ser fatiada; não se pode aprovar cada pedaço porque o tema é mais ou menos complexo. Não existe isso na compreensão de um sistema! Nós temos que partir da definição dos eixos temáticos, que deverão guardar entre si um significado, uma complementariedade e uma organicidade. Aí, sim, nós teremos condições de definir quais são os aspectos que deverão ser abordados primeiro e o quanto um rebate no outro.

Sem isso, Sr. Presidente, meus companheiros Deputados, Sr. Relator, nós não só vamos frustrar a sociedade, mas também vamos enganá-la mais uma vez e vamos nos enganar a nós mesmos. Aproveitemos esse momento!

Para concluir, eu me pergunto: quem foi que pensou em criar esta Comissão? Quem foi que tratou com o Senado a respeito de fazer o quê? Eu acho que não existe democracia interna nesta Casa. Não estava previsto que haveria uma reforma política imediatamente, e muito menos uma Comissão com um prazo regimental, repetindo os mesmos defeitos, os mesmos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Conclua, Deputada Luiza Erundina, por favor.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Deixe-me terminar, Sr. Presidente. Eu estou aflita, porque não quero perder mais tempo. Eu não tenho idade para perder mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - E eu estou aflito com a sua aflição. Por isso eu estou aflito. Vamos lá! Não vamos perder; vamos ganhar.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Eu nem tenho mais idade para perder tanto tempo.



Nós estamos ensaiando, repetindo erros de ene Comissões Especiais que não vão levar a nada; vão apenas aumentar as distorções do nosso sistema político. E não me digam que não tenho denunciado isso — e vou continuar denunciando à sociedade. Mas, antes disso, confio que esse coletivo que veio para cá, que o Presidente e o Relator, todos tenham a sensibilidade de perceber que as experiências anteriores não deram certo. Fatiaram-se temas, remendaram-se pedaços de um sistema todo; conseqüentemente, nós não acertamos, não avançamos e não aperfeiçoamos até agora o nosso sistema político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Agradeço à Deputada Luiza Erundina a participação.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, esta Comissão é realmente muito importante, e eu a entendo como uma ação propulsora não apenas para os resultados que ela dará, por meio das leis, dos projetos de lei, do ponto de vista ordinário, mas também como um resultado para as PECs e para ação que o Judiciário também precisa fazer ao enviar projetos de sua iniciativa para cá.

Daí, no meu entendimento, a necessidade de ampliação do debate. Nós temos aqui, por exemplo, os meios de comunicação de massa, que acompanham as discussões. Esta Comissão é extremamente representativa e, portanto, há grande importância de fazermos um debate mais amplo.

Portanto, não é um debate limitado que precisa acontecer aqui, mas um debate amplo, como, por exemplo, o debate acerca do fim do foro privilegiado. *“Ah! não pode ser aqui porque é uma PEC”*. Sim, mas daqui vamos fazer com que a PEC de autoria do Deputado Rubens Bueno, que está aqui hoje, por exemplo, e que não sai do lugar, possa tramitar. São mais de 22 mil pessoas com prerrogativa de foro no nosso País. Isso é um exagero que precisa ser discutido!

Hoje existe uma tentativa de se esconder atrás do foro privilegiado a impunidade neste País, no momento em que o Brasil grita por novas mudanças.

Cito como exemplo o retrato do que aconteceu no Rio de Janeiro ou em São Luís do Maranhão, onde o número de abstenções, de votos brancos e nulos é tão



exorbitante que ultrapassa, em algumas situações, o número de votos dos eleitores em candidatos.

Ou seja, é necessária, sim, uma reforma ampla no nosso País. Daí a necessidade também, no meu entendimento, nobre Relator, de ampliar esse debate dentro desta Comissão. Vamos debater, por exemplo, a necessidade, no âmbito do Judiciário, de câmaras especializadas. Quando nós debatermos o tema, poderemos provocar o Judiciário a enviar um projeto para cá. Se isso acontecer, poderemos ter um aprofundamento, por exemplo, do combate ao caixa dois no âmbito do Judiciário.

Quando fizermos esse debate, podemos fazer andar muito mais rapidamente, por exemplo, o fim do foro privilegiado, que é necessário para este momento no nosso País. Então, eu vejo que é necessária essa ampliação, porque os seus resultados vão trazer a reforma com que o nosso Brasil tanto sonha.

Nós temos hoje a Operação Lava-Jato dando resultados extremamente importantes para o Brasil, e é necessário que o Parlamento Federal, o Congresso Nacional, também dê a sua resposta, com uma reforma plena, ampla, que realmente venha a corrigir as distorções do sistema político brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Além da votação do plano de trabalho, nós temos, na pauta de hoje, diversos requerimentos, apresentados por vários Parlamentares, inclusive por mim. Eu gostaria de fazer uma sugestão aos colegas. Esta é a primeira Comissão de que eu participo que trata de reforma política, embora tenha havido outras na Casa e tenho ficado muito feliz por ver todo mundo pedindo objetividade, rapidez, agilidade. Acho que é isso o que devemos ter, embora, é claro, devamos discutir, esgotando os pontos de vista das mais variadas opiniões.

Eu queria apelar aos colegas para que pudéssemos agilizar um pouco, já que a pauta está muito extensa e nós precisamos sair daqui com o cronograma de trabalho aprovado e com os requerimentos também deliberados, para que essa pauta seja seguida. Eu só queria pedir brevidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu entendo a preocupação de V.Exa., Deputado Hugo Motta. Nós temos ainda quatro Deputados



inscritos, e não vamos mais permitir inscrições. Quando eles terminarem, nós encerramos. Entendo perfeitamente sua observação, com a qual eu concordo.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, faço uma questão de ordem. Nós vamos aprovar um plano de trabalho. Eu tenho propostas para modificar o plano de trabalho, exatamente os tópicos referidos nas págs. 2 e 3, de 1 a 5. É objetiva a minha sugestão, na linha do que eu tinha falado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Nós votamos, Sr. Presidente, fazendo o destaque de cada ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Perfeito, eu vou responder.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Aqui já se mencionou o seguinte...
Deputado Orlando Silva, essa é uma questão de ordem para encaminhar o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu acolho a questão de ordem e vou respondê-la.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Questão nº 1: é para tratarmos só de assuntos constitucionais? Quais?

Questão nº 2: é para tratarmos só de matérias infraconstitucionais? Aí a abordagem poderia ser ampla, geral e irrestrita.

Mas eu acho que é preciso haver pelo menos essa ordem. Dos temas que nós vamos abordar, o que é matéria constitucional e o que é infraconstitucional? Essa é minha proposta, em linhas gerais, mas eu pretendo apresentá-la por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Perfeito. Só quero esclarecer a V.Exa., Esperidião Amin, talentoso e experiente, que o plano de trabalho, pelo Regimento, não é votado, o que não quer dizer que o Relator não esteja aberto a sugestões. Eu tenho certeza de que esse é o espírito dele e o espírito da Comissão.

Só quero fazer esse esclarecimento à Comissão,
Com a palavra o Deputado Padre João.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Quero saudar todas as colegas e todos os colegas Parlamentares.



Sr. Relator, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu acho que nós precisamos partir, de fato, desse princípio de conseguir enxergar a realidade da nossa democracia, a realidade do nosso povo.

A realidade é que a nossa democracia continua capenga. De um lado, ela avançou, até por iniciativa do Judiciário, ao retirar o poder, o domínio das grandes empresas, mas ainda há um ranço muito claro contra essa medida. Eu acho que não pode haver retrocesso. Senão, o desencanto do povo vai se aprofundar ainda mais.

Então, como fortalecer a democracia? Eu sempre defendi, assim como o nosso partido, o financiamento público como forma de avançar para garantir igualdade, para garantir representação étnica, representação de gênero, representação geracional também. Quanto menor o poder econômico, menor é a representação.

O nosso desafio, Sr. Relator, é ver ainda quais são as ações para fazermos nascer o encantamento do nosso povo pela política. Mesmo quem teve acesso agora ao poder baseou-se numa tese da não política, do não partido. Parece que é crime participar de um partido. Como superar isso? Acho até que faz falta a candidatura avulsa, se houver uma coerência nesse setor. Pode-se colocar essa possibilidade, embora eu não defenda, de forma alguma, porque acredito que o mecanismo que temos de buscar é o fortalecimento do partido político. É fundamental que avancemos na democracia direta, participativa como um processo permanente.

Foi citada a ligação da corrupção ao financiamento. Isso é coisa velha, não surgiu com a Lava-Jato. Está no mensalão, lá atrás. Vocês sabem disso. O colega Eduardo Azeredo teve que renunciar ao mandato por causa do mensalão. A gênese da corrupção está lá atrás. Então, nós precisamos buscar, de fato, como eu já disse, o fortalecimento do partido.

Nós tivemos eleições municipais em que o candidato estava preso. Isso é um problema sério, Sr. Presidente. Então, surge a frustração do povo. Temos que buscar o envolvimento dos setores da sociedade que estão decepcionados. Isto já foi citado pela Deputada Maria do Rosário e outros colegas. Quando se somam os votos nulos, os brancos e as abstenções, ultrapassam 50%.



Outra frustração do povo são os candidatos que entram com recurso. Então, como garantir o direito de defesa inviabilizando esse tipo de situação? Nós vamos ter muitas outras eleições ainda. Às vezes, o candidato já estava impedido, preso, e, realizada a eleição, foi votado.

Então, a questão é como estabelecer prazo para o Judiciário, a fim de que se chegue ao pleito e já haja definição em relação àquela candidatura. Eu acho que isso será e representará um avanço.

E eu quero também solicitar que tenhamos o tempo necessário para discutir com a sociedade. Acho que não pode ser uma decisão dos iluminados, que já se reuniram e que têm uma proposta, sem que, ainda, se houver pontos, tenham sido incorporados a este plano de trabalho.

Por fim, eu acho que um dos pontos é o prazo para o Judiciário apreciar as candidaturas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Com a palavra o Deputado Carlos Andrade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo nesta oportunidade e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

Do mesmo modo, cumprimento o Relator, Deputado Vicente Candido.

Penso que, neste momento, nós temos um desafio que é muito importante — importante para a sociedade e importante para esta Casa —, mas nós temos também algumas preocupações.

Por exemplo: a cada 2 anos, parece que trabalhamos sobre uma colcha de retalhos. Em 2008, estivemos trabalhando sobre este tema; em 2011, estivemos trabalhando sobre o mesmo tema; em 2013 e em 2015, do mesmo modo, trabalhamos sobre este tema. E a sociedade está observando o trabalho realizado. Com relação a esta matéria, os pares que aqui estão — os Parlamentares que aqui estão — temos o dever de apresentar um resultado.

Por isso, penso que o tema tem, sim, que ser amplamente discutido, mas penso que deve ser limitado, a fim de que possamos apresentar um produto, ao mesmo tempo em que seja dada satisfação à sociedade. Senão, fica parecendo, Sr. Presidente, que, a cada jogo terminado, precisa ser mudada a regra — em 2011, em



2013, em 2015. A cada jogo, precisa ser alterada a regra para que o jogo continue. E a sociedade está esperando um pouco mais.

Quero concluir dizendo que a sociedade brasileira considera a classe política, conforme dados e índices coletados, a classe mais desgastada. Nós estamos incluídos nesse parâmetro como a classe mais desgastada perante a sociedade brasileira.

Então, nós temos o dever, sim, de apresentar um resultado que seja produtivo, um resultado que acrescente algo à sociedade. É claro que nós, os Parlamentares que estamos aqui, representamos esta sociedade e temos o dever de apresentar esses resultados.

Penso que o tema deve ser amplamente discutido e deve ser limitado, para que nós possamos apresentar um produto. Devemos ter a preocupação de realmente apresentar algo que não seja somente uma colcha de retalhos que precisa ser trabalhada a cada 2 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu agradeço a contribuição de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, pela segunda vez, eu estou quebrando uma jura que eu fiz...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Mas não é a primeira vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Então, não a quebre, não!

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Eu a quebro! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Padre João, é permitido quebrar juras? (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - É melhor não jurar, Deputado Marcelo, é melhor não jurar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Deputado Marcelo Castro, V.Exa. vai se confessar com o Padre João depois. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Eu estou nesta Casa desde 1999. Nunca houve uma legislatura que não tenha sido criada uma Comissão de Reforma



Política — às vezes mais de uma — como nesta Legislatura. Todas foram frustradas.

Relator, a nossa responsabilidade é muito grande. Isso alertou aqui a nossa colega Deputada Luiza Erundina. Nós temos responsabilidade muito grande em nossas mãos e não podemos jogá-la fora.

Sr. Presidente, não quero ser aqui o *magister dixit*, não. Eu tenho estudado este tema ao longo dos anos. Nós temos que responder qual é o grande problema do sistema eleitoral brasileiro. Por que os sistemas eleitorais em todo o mundo democrático funcionam razoavelmente bem, mas no Brasil o sistema eleitoral funciona tão mal? É simples. No mundo existem só dois sistemas eleitorais: o majoritário distrital, anteriormente praticado por todos os países do mundo; e o sistema proporcional de lista, que veio em seguida. Esses dois sistemas eram praticados pelos países até 1948. Em 1948, pela primeira vez na história da humanidade, houve um sistema misto, que conjugou os dois sistemas: o majoritário distrital com o proporcional de lista.

Qual é o grande problema do Brasil? Não somos nem majoritário distrital, nem somos proporcional de lista, nem somos misto. Somos uma aberração, uma anomalia! Submetemos o nosso eleitor de São Paulo, Deputado Vicente Candido, a escolher entre 3 mil candidatos. Na eleição passada, em São Paulo, houve mais de 600 candidatos a Deputado Estadual e mais de 1.400 candidatos a Deputado Federal. Isso é absolutamente ilógico, é irracional! Isso não é uma escolha, é uma adivinhação. Se não tivermos a compreensão desse problema, vamos ficar dando voltas em círculos, não vamos chegar a canto nenhum. Se eu pudesse resumir, os pontos essenciais para promovermos uma evolução qualitativa no sistema eleitoral brasileiro seriam dois.

Por fim, as campanhas individualizadas, que só existem no Brasil. Em todo lugar do mundo as campanhas são partidárias. No Uruguai, as campanhas são *Vote no Blanco* ou *Vote no Colorado*. É assim no mundo inteiro. *Vote no Trump* ou *Vote na Hillary*. Mas vote no distrito, que a pessoa conhece e vê a história de todos eles.

Campanha individualizada só existe no Brasil, como nós fizemos na eleição passada. Foram 21 mil campanhas! Cada candidato faz uma campanha individualizada. Foram mais de 14 mil candidatos a Deputado Estadual e mais de 6



mil candidatos a Deputado Federal. Qual é o país do mundo que faz 21 mil campanhas para preencher as vagas do Parlamento? Qual é o país do mundo que tem 28 partidos representados no Congresso Nacional? Qual é o país do mundo onde o partido do Chefe do Governo, do Presidente da República, só tem 13% dos votos? Isso não existe em país algum. Eu tenho estudos de quase todos os Parlamntos do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - O partido do Chefe do Governo sempre tem mais de um terço dos votos do Parlamento. Acontece assim na Alemanha, na França. Normalmente, ele tem a maioria dos votos. Qual é a sustentação que tem um Chefe do Governo se o seu partido, na hora da dificuldade, como no caso do *impeachment* da Dilma, só tem 13% dos votos no Parlamento? Isso não funciona!

Não estou fazendo um desabafo, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu sugiro que algum colega apresente requerimento para audiência pública com o Deputado, o que facilitaria, tendo em vista a sua experiência. Estou falando sério.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Vou concluir.

A coincidência das eleições, mais do que nunca, se impõe. Acho que seria uma afronta para a sociedade voltarmos a falar em financiamento empresarial. Essa é uma página virada. Nós não devemos tratar mais desse assunto. Temos de nos conformar com o que temos: financiamento de pessoa física, financiamento de fundo partidário. Agora, voltamos a tratar do financiamento público, porque sem financiamento não é possível haver campanha.

Se houver financiamento público de campanha, o mais importante é que as eleições sejam coincidentes, para não haver duas despesas desnecessariamente.

Estou de acordo com o Relator e com os relatórios parciais e em desacordo com a colega, Deputada Luiza Erundina. Podemos tratar de assuntos que não têm correlação com outros. Há assuntos que são sistêmicos e há assuntos que não são.

Se não chegarmos a nada, o que tenho muito receio, teremos que defender uma Constituinte exclusiva. Caso contrário, não chegaremos a canto nenhum.



Para facilitar os trabalhos, dou uma sugestão à bancada: não vamos apoiar nada de extraordinário para vigor em 2018. Por exemplo, aprovar o fim das coligações proporcionais para 2018 significa dizer que o fim das coligações proporcionais não será aprovado, porque o prazo é muito curto para os partidos se adaptarem. É preciso haver um tempo para os partidos se adaptarem. Acho que o sensato é que essas mudanças essenciais não entrem em vigor em 2018.

Finalizando, peço ao Relator agilidade e foco. Não adianta fazermos mil e um debates e tratar de mil e um temas ao mesmo tempo. Assim, não chegaremos a lugar nenhum. Vamos focar no essencial e chegar a uma conclusão para saber se é possível fazer dessa maneira ou não. Se não for, vamos partir para uma Constituinte exclusiva e acabar com essa embromação, porque nós estamos cansados.

Eu estou quebrando minha jura aqui de nunca mais participar de reforma política, mas estou participando pela enésima vez, e não podemos enganar o povo nem a nós mesmos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Cumprimento o nosso Presidente, o Deputado Lucio Vieira Lima, o nosso Relator, o Deputado Vicente Candido, e todos os colegas Parlamentares que compõem conosco esta Comissão.

Eu também tenho participado muito de debates sobre esse tema, tenho me dedicado muito a ele e acho que a reforma política é a principal reforma que o País precisa fazer. Sempre que a sociedade sintetiza em cartazes o sentimento de que algo não a representa, o sistema político deve ser olhado em detalhes, porque normalmente é lá onde nascem os problemas que levam a esse sentimento de não representação.

Houve um embate muito grande na sociedade e no Parlamento em torno do financiamento eleitoral. Houve um embate enorme aqui entre nós. Existiam Parlamentares que queriam fazer de tudo para colocar na Constituição brasileira a garantia para que empresas financiassem as eleições.

Aí o cidadão percebeu a importância do poder político das empresas financiadoras. Senão, não teria havido tanto esforço. Houve movimento dos mais



absurdos, votações duplas, derrubada de Relator, como no meu caso, porque o centro do objetivo, à época, liderado em grande parte pelo ex-Deputado Eduardo Cunha, era garantir o financiamento eleitoral por empresas. Isso não pode voltar para o sistema político brasileiro.

Desculpe-me o Ministro Gilmar Mendes, mas ele deu mau exemplo duplo nesse sentido. Ele é Presidente do TSE. Se se elegeisse Deputado, poderia disputar aqui a favor do financiamento empresarial, mas, como Presidente do TSE, não pode patrocinar uma tese. É totalmente indevida a ação do Ministro Gilmar Mendes. Estou citando o exemplo dele, porque, lógico, um Deputado ou um Senador pode e deve defender se acreditar que esse é o melhor sistema.

A sociedade jamais aceitaria o retorno do financiamento empresarial, que é forte componente da perda de legitimidade política dos representantes eleitos pelo povo, é causa fortíssima de corrupção.

Portanto, o financiamento eleitoral é algo sobre o qual nós temos que nos debruçar. Entendo que aperfeiçoamentos para coibir o abuso do poder econômico devem entrar no nosso relatório, nobre Relator.

Por exemplo, não pode um candidato rico, Deputado Marcelo Castro, financiar a sua própria campanha com seus recursos, senão ele derrotará o candidato pobre por ser rico, e não por ser melhor gestor ou por ser melhor político.

A igualdade entre candidaturas sempre deve ser perseguida numa democracia e, por isso, deve haver limite para o candidato usar seus próprios recursos, como qualquer outra pessoa física. Ele não pode desempatar uma eleição para Deputado Federal com recursos próprios. Por exemplo: eu vou disputar uma eleição para Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul e não posso pagar todo o teto da campanha — vamos supor que o teto seja de 1 milhão de reais — com cheque próprio. O cidadão pode até dizer: “*Que bom. Não vamos dar dinheiro para os políticos, para a corrupção da política!*”, só que assim será eleito um Parlamento de ricos; o pobre não terá lugar nesse Parlamento.

A segunda contribuição nesta arrancada de trabalhos é a seguinte: nós temos que definir mecanismos que coíbam o abuso de poder político das cúpulas partidárias, inclusive na determinação do fundo público, que vai financiar as eleições.



Não pode a cúpula partidária dizer que determinado candidato a Deputado é um rebelde dentro do partido e, então, para ele serão destinados 30 mil do fundo público e para o outro, que é apoiador da cúpula, 500 mil. É preciso haver critérios que definam que o dinheiro público, que é de toda a cidadania, não passará por um filtro que dirija o controle do poder político dentro dos partidos.

Por fim, Sr. Presidente, defendo que a nossa Comissão assuma o compromisso com o povo brasileiro de que vai promover as mudanças possíveis e vai constituir maioria. Vou trabalhar muito e me dedicar ao máximo nesta Comissão para isso, porque a tradição do Parlamento tem sido conservadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A tradição do Parlamento tem sido conservadora. Boa parte das reformas tem por objetivo proteger o interesse dos políticos que já estão no poder, o que é muito ruim para a sociedade.

Nós vamos tentar romper esses limites, Deputado Marcos Rogério. Devemos assumir o compromisso, Presidente Lucio Vieira Lima, depois de votado o que conseguirmos, de dar ao povo brasileiro o direito de eleger uma Constituinte exclusiva e específica para ampliar a reforma política que seguramente não faremos dentro do Parlamento.

Eu defendo os dois movimentos. Vamos fazer tudo que é possível dentro do Parlamento. Esta Comissão e nosso Plenário assumirão o compromisso, Presidente Lucio, de entregar ao povo brasileiro o direito de eleger uma Constituinte exclusiva e específica para completar as reformas mais profundas e estruturais do sistema político do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Obrigado, Deputado Fontana.

Vamos agora deliberar sobre os requerimentos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Pois não.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu gostaria de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - O Relator pediu para fazer um comentário sobre as intervenções dos colegas.



Com a palavra o Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Desobedecendo à questão de ordem do Deputado Hugo Motta, quero apenas dialogar um pouco sobre o que foi dito aqui.

Se analisarmos a tendência dos Relatores anteriores, os Deputados Marcelo Castro e Henrique Fontana, já sei qual será o meu futuro: vou ser destituído, porque um deles não entregou o relatório, e o outro foi destituído. Pela sequência lógica, serei o próximo.

No entanto, quero pedir a ajuda e a inteligência...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Vou pedir ajuda aqui para o padre, para o meu guia espiritual, o Deputado Padre João.

Quero contar muito com a contribuição dos dois ex-Relatores pelo acúmulo de experiência e pela inteligência que têm.

Deputado Marcelo Castro, quero ter uma conversa com V.Exa. depois para pegar emprestado um pouco da sua inteligência, bem como da do companheiro de bancada, o Deputado Henrique Fontana.

Só quero trabalhar como premissa, dialogando com o Deputado Esperidião Amin, que também foi Relator, a Deputada Erundina e o Deputado Orlando...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Lamento que V.Exa. tenha me excluído dessa sua congregação.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - De jeito nenhum. Eu só achei estranho que V.Exa. tenha chegado hoje aqui muito agitado, foi muito radical. Esse não é o perfil de V.Exa. Por isso, fiquei preocupado, mas, com o tempo, fui entendendo suas ponderações.

O Deputado Orlando levanta uma questão mais estrutural sobre o ritmo e a sequência lógica dos trabalhos.

O que estou apresentando aqui já foi fruto de muitas conversas de corredores e de reuniões com Líderes e com Presidentes de partido. Estou tentando sintetizar o pensamento médio do que ouvi até agora. Inclusive, os temas relacionados não foram inventados pelo Relator. Houve muita conversa com o Presidente desta Comissão para que possamos trabalhar com o máximo de harmonia possível.



Há temas novos que não foram aqui contemplados, como o da Deputada Eliziane, por exemplo. É matéria de reforma política ou é matéria penal? E há outros temas que ainda vão aparecer, para os quais precisaremos dar alguma resposta: entra ou não entra? Eu acho que a dinâmica dos trabalhos aqui vai nos ajudar a resolver um pouco isso.

Há Deputados que acham muito extenso o rol de tópicos, mas, como disse, nós temos que dar alguma resposta. Se uma bancada sugere algo, tenho que dar alguma atenção para aquele tema. Se esse tema vai ter repercussão aqui, vai ter eco, vai expandir. Se vamos ou não lhe dar a atenção devida eu não sei.

Deputada Luiza Erundina, tendo sido subordinado de V.Exa. lá na Prefeitura de São Paulo, do que eu me orgulho muito — eu tinha 28 anos e fui Subprefeito —, eu trouxe para cá a experiência de vida que obtive com V.Exa. e com Plínio de Arruda Sampaio, que até citei no dia em que fui indicado Relator.

A política é a arte do possível. Eu gostaria que essa fosse a minha reforma, eu gostaria que fosse o meu plano, o do meu partido. Se eu pudesse, trocaria tudo pela fala final do Deputado Marcelo Castro, eu trocaria tudo!

Vamos aprovar aqui, na semana que vem, a suspensão desta Comissão e vamos aprovar a Constituinte exclusiva? Seria o ideal para mim, mas não conseguiremos dessa forma.

Estou trabalhando em cima do que é possível. Vamos trabalhar uma espécie de esquentada, de prévia, de ensaio. Vamos pegar os temas que não estão conectados com o sistema, que são autônomos, e deliberar sobre eles para mostrar para a sociedade e para nós mesmos que estamos trabalhando para valer. Se começarmos agora com sistemas estruturantes, podemos não conseguir deliberar sobre o restante.

Não estou dizendo que vamos priorizar esse tema. Trabalho aqui na linha do Deputado Orlando Silva. Vamos trabalhando esse, que vai exigir menos energia, sobre o qual construímos maioria com mais facilidade, mas vamos também alternadamente trabalhar os temas centrais e estruturantes, que são financiamento e sistema eleitoral.

Entre uma audiência e outra, também fazer reuniões sobre o principal. Se jogarmos toda a energia numa coisa só, chegaremos a abril ou maio do ano que



vem com uma produção muito comprometida, porque o tema mais complexo acaba contaminando o tema mais fácil.

Eu queria propor isso, que já foi assunto de muitas conversas.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Relator, a ideia é levar o voto mais ou menos em maio ou junho do ano que vem?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não. A ideia é terminar.

Mas há temas que eu queria sugerir ao Presidente que fossem colocados na pauta da próxima semana, como a questão da desincompatibilização, do registro de candidaturas e da pesquisa, porque nós podemos dar conta deles. Pediremos auxílio aos consultores, que nos apresentam essas leis, e veremos o que é possível mudar.

Há acúmulo? Houve audiência? Foram ouvidos os especialistas? Está bom. Está aqui o relatório para ser colocado em votação. Paralelamente, cuidaremos dos outros temas com audiências fora de Brasília, com os especialistas.

Em fevereiro ou março, Deputado Pestana, esse tema será importante? Já tem acúmulo? Dará para levar a voto? Vamos levar à votação. Quanto antes melhor, para não deixar tudo para abril ou maio, quando teremos que trabalhar com o sufoco do calendário.

Também não acho que 2018 seja o fim da nossa vida. Alguém já disse isso aqui e está correto — creio que foi o Deputado Marcelo. O que é possível aplicar para 2018? O que é possível para 2020 e para 2022?

Se trabalharmos com muita paciência e com um cronograma mais alongado, é possível responder um pouco essa expectativa da sociedade.

Por último, Deputada Luiza Erundina, vou avocar o Barão de Itararé: *“Às vezes de quem muito se espera, não vem nada. Às vezes de quem nada se espera pode vir muita coisa”*. A meu ver, esta Comissão está nessa situação. Todas as outras já falharam, como já ouvimos aqui, e esta pode ser a surpresa desta Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - V.Exa. me permite acrescentar um comentário?

Diante da preocupação levantada pelo Deputado Orlando de que esses temas podem atrapalhar porque podem estar vinculados a outros. O que vai se votar, o que



propõe até fatiar, como se diz, são temas que não têm nenhuma vinculação, que não atrapalham em nada se amanhã se votar o sistema eleitoral, etc.

Relativamente aos registros de candidaturas, conforme abordado pelo Deputado Padre João, isso não vai ter nenhuma vinculação, não vai atrapalhar, não vai influenciar no sistema do financiamento de campanha. É preciso que haja o registro da candidatura, independentemente de qual seja o sistema e o financiamento. Queremos adiantar nesse sentido.

Ficou comprovado inclusive que há uma demanda da Justiça Eleitoral. Ainda existem questões *sub judice* porque nós antecipamos demais o tempo de registro. É nesse sentido que faço este adendo.

Passamos agora à deliberação de requerimentos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Quero fazer uma proposta de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Observei com muita atenção os requerimentos do Deputado Hugo Motta, da Deputada Luiza Erundina, da Deputada Maria do Rosário, do Deputado Alessandro Molon, do Deputado Marcus Pestana, do Deputado Carlos Andrade e do Deputado Vicente Candido, Relator da matéria.

A minha proposta, Sr. Presidente, é a de que façamos apenas uma votação e aprovemos em globo todos os requerimentos. Como são sugestões positivas de enviar convites para especialistas, líderes partidários, gestores públicos, juristas, haveria uma economia processual neste momento.

Essa é a proposta de encaminhamento que faço.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Nós apoiamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu apoio. Quero apenas fazer um adendo. O Relator e os autores do requerimento teriam como agrupar os requerimentos, de forma que os debates fiquem estabelecidos de forma sistemática e coerente.



Essa a sugestão que faço.

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA - Sr. Presidente, sugiro também que, sendo aprovado todo o escopo do plano de trabalho, depois V.Exa. se reúne com os autores e com o Relator, vê a ordem, o que vai ser priorizado e aquilo que não precisa ser realizado, por economia de tempo, com vistas a agilizar os trabalhos. A decisão fica sob a conduta de V.Exa. Essa é a sugestão.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Nós estamos aprovando requerimentos sem que V.Exas., o Sr. Presidente e o Relator, nos informem se do que nós comentamos sobre o escopo do plano de trabalho, qual providência será tomada. Pelo menos, um anúncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - O Relator comentou, na resposta dele.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não, não. Há um caso específico do Deputado Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Com a palavra o Relator que...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Há um caso específico que eu invoco, está até anunciado na página 2, no segundo parágrafo: "*Os temas deverão ser divididos em constitucionais e infraconstitucionais*". Essa é uma divisão, permitam-me dizer, precária ou muito singela, mas já é alguma coisa.

O que é constitucional é constitucional; o que é infraconstitucional, evidentemente, tem que ser tratado de maneira diferente no processo legislativo. Foi isso que aconteceu em todas as outras iniciativas, mesmo que malsucedidas. Eu gostaria que o Relator nos anunciasse pelo menos essa providência.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Vamos lá! Realmente, V.Exa. tem razão. Eu ia comentar sobre isso. O Deputado Orlando Silva também levantou a questão.

Havia três possibilidades, segundo o Regimento da Casa: criar uma Comissão Especial para analisar PECs — há várias aqui —, criar uma Comissão Especial para analisar só a matéria infraconstitucional, já que são matérias



independentes, ou criar uma Comissão de estudo especial, como a nossa, que pode analisar todas as matérias. Ou criávamos duas Comissões ou criávamos uma só, que poderia analisar tudo e fazer relatório e substitutivo sobre as duas situações. Vamos decidir nos próximos dias.

Conversamos com o Presidente da Casa sobre a ideia de transformar esta Comissão numa Comissão Especial para analisar PEC com matéria correlata. Há precedente na Casa. Ora se reuniria para tratar sobre a PEC, ora se reuniria para tratar sobre matéria infraconstitucional, para não haver mais uma Comissão e mais dispersão de energia. Não dá para criar uma Comissão que analisa só um lado das leis.

É isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA - Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Quero só fazer um registro, depois dos comentários finais do Relator. Como o plano de trabalho, regimentalmente, não é votado, mas conduzido pelo Relator, quero reiterar a minha manifestação. Não estou de acordo com a ideia de fatiar a votação da reforma política. Considero que é um erro e penso que deveríamos votar o conjunto da proposta ao final dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Está registrada sua posição.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Essa também é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Registrada também a manifestação contrária da Deputada.

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA - Vamos inaugurar a divergência. Nós estamos a favor da votação fatiada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Isso não está em votação neste momento. Vamos deliberar sobre os requerimentos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O termo "fatiado" está meio maculado. Vamos falar em relatórios parciais, para mudar o vocabulário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Acatando a questão de ordem do Deputado Orlando Silva, coloco em votação em globo os requerimentos apresentados.



Aqueles que concordam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Foi solicitada urgência para um requerimento do Deputado Betinho Gomes. Ele entrou nesse conjunto?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu conversei com o Deputado Betinho, porque, se fosse mantida a matéria extrapauta, ia ser necessária uma votação nominal. Eu conversei com todos sobre o requerimento, pedindo autorização. Ficou para outra sessão.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Agradeço a V.Exa. o esclarecimento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, eu apresentei alguns requerimentos com convites a marqueteiros, a cientistas políticos, mas queria propor que o primeiro a ser convidado fosse o Ministro Gilmar Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Esclareço que o Ministro Gilmar Mendes está em viagem. Sua assessoria entrou em contato comigo, convidando para um café da manhã todos os membros da Comissão, com data a ser marcada, devido à sua viagem e aos nossos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando Reunião Ordinária para o próximo dia 16, às 14 horas, em plenário a ser definido.

Está encerrada a presente reunião.